

APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS LIVRES, ENSAIO DE GRADUAÇÃO E RESENHA

A edição especial de 2025 da *Revista Trilhas da História* é publicada em um momento marcado pela intensificação de discursos autoritários, pela disseminação sistemática de desinformação e pela escalada de práticas de silenciamento que atravessam tanto o Brasil quanto outros contextos contemporâneos. Sob o tema “**Autoritarismos no século XXI**”, este volume reafirma o papel da história como campo de disputa simbólica e política, comprometido com a produção crítica do conhecimento, a defesa da democracia e a preservação de memórias coletivas. Em tempos em que narrativas simplificadoras e negacionistas tentam se impor como verdade histórica, a pesquisa historiográfica apresenta-se como instrumento fundamental de resistência intelectual e social, evidenciando a necessidade permanente de compreender como discursos, instituições, práticas e imaginários autoritários se transformam, se reproduzem e operam nas sociedades atuais.

Este número reúne investigações que dialogam com temas como violência de Estado, educação e memória, construções identitárias, políticas de silenciamento, práticas culturais, patrimônio, colonialidades e epistemologias contemporâneas. Ao articularem escalas diversas — do global ao local, do passado ao presente, da política institucional às práticas cotidianas — os textos aqui publicados convidam leitoras e leitores a refletirem sobre os sentidos da história no mundo contemporâneo, sobre a urgência da defesa das liberdades democráticas e sobre o lugar do conhecimento histórico na construção de uma sociedade plural, crítica e comprometida com a justiça social.

A seção de artigos livres reúne pesquisas que exploram múltiplos espaços, temporalidades e objetos de análise, evidenciando a vitalidade da historiografia e sua capacidade de iluminar processos históricos complexos. Abrimos com “O aqui e lá na fronteira: histórias de mulheres ‘brasiguaias’ retornadas para o Brasil e para o Paraguai”, que examina trajetórias marcadas por deslocamentos geográficos, afetivos e identitários na região fronteiriça, mostrando como as experiências dessas mulheres revelam modos de pertencimento que desafiam narrativas nacionais tradicionais e tornam visíveis redes sociais e políticas construídas na tensão entre limites territoriais e vínculos comunitários. Em seguida, “Experiências decoloniais na educação básica: a literatura afro-brasileira para além dos muros da universidade” discute iniciativas formativas que buscam promover uma educação antirracista e crítica, demonstrando como a literatura pode constituir-se como ferramenta de emancipação, visibilidade e reconstrução histórica diante de séculos de apagamentos e exclusões.

No campo das relações entre poder, moralidade e gênero, o texto “Relações de gênero e sexualidade na Amazônia colonial durante a atuação do Santo Ofício português (1763–1769)” analisa processos inquisitoriais e dispositivos normativos que historicamente moldaram condutas e identidades, permitindo compreender como sistemas punitivos e discursos religiosos atuaram na disciplina dos corpos e das práticas sociais. A problematização das narrativas oficiais também está presente em “Análise crítica dos materiais da Secretaria de Educação do Paraná: vazios demográficos ou silenciamentos históricos na ocupação?”, que examina representações e omissões em documentos educacionais, evidenciando como escolhas curriculares podem reforçar imaginários coloniais e perpetuar interpretações hegemônicas sobre território, povoamento e diversidade social no Brasil.

Em “Educação histórica e inclusão de estudantes com TEA: contribuições da programação de ensino”, discute-se o papel da educação histórica como prática democrática, defendendo abordagens pedagógicas capazes de garantir a participação ativa e o direito ao aprendizado histórico de estudantes neurodivergentes, o que amplia o debate sobre inclusão e diversidade no campo da educação. Já o texto “Narrativas históricas éticas ensináveis em tempos de *fake history*” problematiza os desafios éticos e epistemológicos que se colocam para o ensino de História diante da proliferação de conteúdos falsos e discursos manipuladores, enfatizando a responsabilidade docente e a necessidade de promover uma cultura histórica crítica e socialmente engajada.

A perspectiva internacional aparece em “Direitos das pessoas com deficiência em Moçambique: história, política e legislação”, que analisa transformações legais e sociais relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência naquele contexto africano, apontando conquistas, limites e disputas políticas presentes no processo. Na sequência, “Sepultamentos na cidade de Vigia-PA: os préstito fúnebres acompanhados de bandas musicais (1923–1929)” investiga rituais fúnebres e cultura material no Pará, lançando luz sobre dimensões pouco exploradas da morte como fenômeno social e cultural. Complementarmente, “Os mortos que aqui jazem ainda estão vivos: leprosário, memória e história através do Cemitério Santo Alberto” aborda as marcas da exclusão, do estigma e da memória no contexto de um antigo leprosário manauara, revelando como práticas funerárias e espaços de sepultamento permitem compreender trajetórias de sofrimento, resistência e pertencimento.

Por fim, encerrando esta seção, o artigo “Objetos biográficos e memória social: narrativas e cultura material no Museu das Coisas Banais” investiga a relação entre objetos, afetos e memória no ambiente museal digital, destacando como artefatos cotidianos se tornam testemunhos de vidas, vínculos e experiências coletivas. Em conjunto, os artigos revelam a amplitude temática e teórica do campo historiográfico contemporâneo, reafirmando a história como instrumento de análise crítica do passado e do presente, e como prática social em constante diálogo com as urgências políticas de nosso tempo.

O ensaio de graduação “Sexo por poder: a literatura arturiana medieval e o *Malleus Maleficarum* (séc. XII–XV)” explora os entrelaçamentos entre narrativa, mito, gênero e perseguição no período medieval, evidenciando como textos literários e discursos religiosos contribuíram para a construção de imaginários de dominação e para a legitimação de práticas de controle moral e sexual sobre as mulheres. A autora demonstra maturidade analítica ao articular fontes literárias, doutrinas religiosas e teorias históricas, oferecendo uma leitura instigante sobre discursos de poder, misoginia e disciplinamento social na Idade Média.

A edição encerra-se com a resenha “Além de uma ciência dos homens no tempo”, que examina a obra *A história para além do humano*, de Ewa Domańska. O texto discute a crítica ao antropocentrismo no campo da teoria da história e os desafios colocados pelo Antropoceno às epistemologias tradicionais, destacando contribuições do pensamento pós-humanista para a ampliação dos horizontes metodológicos da escrita histórica. Trata-se de uma reflexão importante para pensar os limites e as possibilidades da historiografia contemporânea diante das transformações ambientais, tecnológicas e ontológicas que marcam o tempo presente.

Que esta edição especial inspire reflexões críticas, fomente debates qualificados e contribua para fortalecer o compromisso público da História com a justiça social, a pluralidade epistêmica e a defesa da democracia. Ao reunir pesquisas diversas e instigantes, reafirmamos a convicção de que a produção historiográfica é, hoje, mais do que nunca, uma prática de resistência e de construção coletiva de futuros possíveis.

Novembro de 2025

As editoras:

*Dolores Puga, Mariana Esteves de Oliveira,
Lívia Silva Pereira Campesato e Wayla Silva Sá*